

DEMOGRAFIA E MERCADO DE TRABALHO NA AGRICULTURA PAULISTA NOS ANOS NOVENTAS¹

Celma da Silva Lago Baptistella²

Maria Carlota Meloni Vicente³

José Eduardo Rodrigues Veiga⁴

1 - INTRODUÇÃO

Nos anos noventas, o mercado de trabalho no Brasil apresentou como característica marcante uma acentuada queda do nível de emprego formal, decorrente, dentre outros fatores, da mudança nas formas de utilização do trabalho, com a terceirização de atividades antes efetuadas dentro das empresas. Ocorreu também a redução das oportunidades de emprego, com elevação da produtividade do trabalho, associada às alterações na estrutura de produção (BALTAR, 1998).

A elevação do desemprego e o agravamento de um conjunto de inseguranças do mundo do trabalho têm sido amplamente mencionados e analisados. Para MATTOSO (1998, p.62) o desemprego pode ser entendido como a *"ponta de iceberg, onde outras inseguranças menos aparentes tornam-se importantes e crescentes"*. Atualmente, o desemprego manifesta-se de forma diferenciada do que já ocorreu em fases anteriores. É estrutural, de longa duração, afeta intensamente os trabalhadores mais jovens e mais velhos e os de menor instrução. Com relação às inseguranças, o autor destaca a insegurança do emprego, da renda, da contratação e a insegurança na representação do trabalho, esta última avaliada por meio da redução dos níveis de sindicalização e enfraquecimento de suas práticas de conflito e negociações. Outro ponto importante refere-se ao processo de inovação tecnológica, resultante da concorrência entre capitais e norteado para elevar a produtividade e reduzir o trabalho vivo incorporado diretamente à produção.

Para minimizar o desemprego da forma como tem ocorrido em praticamente todos os setores, nem mesmo a retomada do crescimento econômico teria efeito imediato. O que realmente importa no momento é a grande mudança ocorrida na economia, fundamentalmente o desenvolvimento tecnológico da revolução informacional, com desdobramentos sócio-econômicos de profundo impacto. Segundo ALBAN (1999), o grande nó da crise contemporânea é a taxa de crescimento econômico ficar aquém da taxa de crescimento da produtividade do trabalho. Portanto, a crise do crescimento sem emprego não seria uma crise do capitalismo enquanto fonte de progresso técnico. *"O que está em crise é a sua dinâmica de crescimento, via investimentos, que, por ser muito baixa, gera o desemprego, impedindo que o mercado de trabalho funcione como um eficaz distribuidor dos ganhos de produtividade"* (ALBAN, 1999, p. 255). Outras posturas teóricas, discutindo o atual estágio da economia e o desemprego, foram abordadas neste artigo, a fim de que seja possível maior compreensão dos efeitos sobre a população trabalhadora rural.

Várias análises sobre o crescimento do desemprego no Brasil consideram o comportamento negativo da economia como fator preponderante na evolução da demanda por força de trabalho. Como observa POCHMANN (1998), a dinâmica do emprego segue uma trajetória relacionada ao comportamento geral da economia. Quando as taxas de crescimento do produto são muito baixas, as taxas de desemprego tendem a crescer, ao passo que um aumento da demanda agregada mostra-se efetivamente positivo na elevação do volume de emprego e renda.

Sobre esse aspecto, BALTAR (1998), ao apresentar indicadores da atividade econômica, destaca que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 1992 foi 9,3% menor do que o observado em 1989, lembrando-se da recessão ocorrida entre 1990 e 1992. O ritmo da atividade agropecuária oscilou no período 1989-92, mas

¹Os autores agradecem ao Analista de Sistema Arnaldo Lopes Júnior e a colaboração dos estagiários Roberto Aulicino e Cristina de Carvalho Werlang.

²Sociólogo, Mestre, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

³Engenheiro Agrônomo, Dr., Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

⁴Engenheiro Agrônomo, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

apresentou-se 4,3% superior em 1992, sendo que o da prestação de serviços manteve-se firme ao longo de toda recessão. A atividade do setor industrial diminuiu fortemente, com decréscimo de 13% no produto deste setor. A partir de 1993 houve uma breve retomada do crescimento econômico, que foi contido com a crise do México, em 1994. A conjugação da abertura econômica com a valorização da moeda nacional e a restrição ao ritmo da atividade produtiva dificultou o crescimento da produção, exercendo efeitos negativos sobre a capacidade de geração de empregos formais.

Além dos efeitos gerados pela situação econômica e pela reestruturação produtiva, há também a visão do problema do emprego/desemprego relacionada à flexibilização do mercado de trabalho brasileiro, caracterizado por excessiva regulamentação, o que encarece a contratação da mão-de-obra (SILVA, 1999).

Para avaliar o mercado de trabalho na agricultura, é importante ter em mente este panorama mais abrangente que envolve o emprego/desemprego no País, tema que vem recebendo as atenções dos meios acadêmicos e de comunicação, das instituições governamentais e da sociedade em geral. Além dos fatores de ordem política e econômica, atuam também sobre o quadro de ocupação da mão-de-obra rural os fatores climáticos (através de suas conseqüências sobre as safras agrícolas), bem como transformações estruturais nos processos produtivos. Sobre este último aspecto, tem se destacado a progressiva mecanização das colheitas de cana-de-açúcar, algodão e café, excluindo parcela significativa de trabalhadores como salientam VICENTE; BAPTISTELLA; VEIGA (1997).

Por estas razões, é de grande importância analisar o mercado de trabalho na agricultura paulista nos anos noventas, apresentando indicadores de emprego e de salários rurais. Este é o objetivo do presente estudo, que também apresenta indicadores sobre a população residente nos imóveis rurais paulistas, tais como: número de habitantes e sua distribuição por faixa etária, educação e escolaridade, eleitores e estimativas da taxa de mortalidade infantil.

2 - DISCUSSÃO PRELIMINAR

O emprego agrícola estaria seguindo a tendência declinante do emprego industrial em

prol da maioria das ofertas no setor de serviços. Esta é uma afirmação que praticamente predomina na pauta de discussões e na literatura atual, que buscam fazer uma projeção futura do emprego em função da nova ordem econômica mundial. Depreende-se, de início, que o emprego agrícola não pode mais ser explicado, ou projetado, com base tão somente nas suas especificidades setoriais.

No raciocínio de CASTELLS (1999) – cujo livro recente aborda a nova economia entendendo-a organizada em torno de redes globais de capital, gerenciamento e informação –, as sociedades informacionais fazem com que haja suplantação do emprego do setor rural pelo emprego em serviços atrelados a esse setor na área urbana. Segundo esse autor, *“empresas comerciais e, cada vez mais, organizações e instituições são estabelecidas em redes de geometria variável cujo entrelaçamento suplanta a distinção tradicional entre empresas e pequenos negócios, atravessando setores e espalhando-se por diferentes agrupamentos geográficos de unidades econômicas. Assim, o processo de trabalho é cada vez mais individualizado, e a mão-de-obra está desagregada no desempenho e reintegrada no resultado através de uma multiplicidade de tarefas interconectadas em diferentes locais, introduzindo uma nova divisão de trabalho mais baseada nos atributos/capacidades de cada trabalhador que na organização da tarefa”* (CASTELLS, 1999, p.499).

A individualização do processo de trabalho e, em decorrência, a fragmentação em sua organização e em sua ação coletiva, em todos os setores da atividade econômica, aparece na discussão de Castells feito uma das condições da chamada "Sociedade em Rede", em que o capital é coordenado globalmente e *“tende a fugir em seu hiper espaço de pura circulação, enquanto os trabalhadores dissolvem sua entidade coletiva em uma variação infinita de existências individuais”* (CASTELLS, 1999, p. 503).

Ainda segundo o mesmo autor, estaria ocorrendo uma redefinição histórica das relações capital-trabalho em função das poderosas tecnologias de informação. Também ocorre um grande aumento da produtividade e lucratividade, *“mas os trabalhadores perderam proteção institucional e ficaram cada vez mais dependentes das condições individuais de negociação e de um mercado de trabalho em mudança constante”* (CASTELLS,

1999, p. 298).

Esta desagregação do trabalho assume uma dimensão muito mais relevante do que as próprias mudanças na oferta de emprego porque, mesmo que não se confirmem as previsões de Castells para o enxugamento do emprego geral - e em relação ao nível de emprego rural direto, o autor estima um declínio para 2,5% do total de empregos -, o fundamental é a dramática dissolução do poder histórico do trabalhador, conferido pelos sindicatos, tendendo a atingir um estágio que poderá significar o total alheamento às transformações que atingem constante e aceleradamente a coletividade do trabalho.

A preocupação com o desemprego é obviamente justificável. O futuro do emprego, em qualquer setor, é incerto. Como afirma POCHMAN (1999, p. 29), *“um dos pontos básicos de quem discute o problema do emprego ou das mudanças no trabalho, neste final de século, é a identificação de que não há consenso no diagnóstico do que está ocorrendo hoje. Se consultarmos a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCD), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, etc., veremos que todos têm posições distintas. Ao mesmo tempo, não há convergência nas propostas. Enquanto perdurar um quadro de dificuldades até de entendimento sobre o que está se passando, para que as propostas sejam apresentadas, esta situação dificilmente vai mudar. É difícil para um técnico ou para um acadêmico dizer qual é o caminho. Talvez fosse mais fácil que alguém indicasse qual é o caminho, mas eu diria que o enfrentamento do desemprego e a descoberta de uma alternativa à realidade de hoje dependem da sociedade, da reação da sociedade”*.

As transformações do trabalho dadas pela modernização se, por um lado, têm reduzido o trabalho penoso, por outro, aumentam drasticamente a capacidade de produzir com menos pessoas. A agricultura é exemplar nesse sentido; a subtração progressiva da operação das colheitas afasta o homem de uma atividade difícil, porém com capacidade de empregar maciçamente, como é o caso principalmente da cana-de-açúcar. E se existem alternativas para se enfrentar o desemprego, impossível viabilizá-las sem a participação efetiva dos trabalhadores organizados, num processo em que até mesmo o direito do trabalhador e as formas de funcionamento do

mercado de trabalho estariam em discussão.

Para que isso efetivamente aconteça, é preciso repensar o próprio caráter do sindicalismo. Já há propostas em princípio de reflexão, ou até mesmo de implantação. Em recente artigo, SINGER (1999, p.36) apresenta rudimentos do que seria a idéia de um “neo-sindicalismo”. Preliminarmente, salienta seu ceticismo em relação à reversibilidade da situação dos trabalhadores, em particular, quanto ao usufruto da legislação do trabalho, porque esta *“Terceira Revolução Industrial, a revolução industrial da digitalização, da computação, da biotecnologia, da engenharia genética”*, a qual tem produzido o que designa como “desemprego tecnológico”, incorpora à economia capitalista uma massa que, pela precariedade de sua situação, não exige sequer a carteira assinada. Por conta disso, *“(...) os sindicatos estão com as costas contra as paredes, oferecendo uma resistência histórica a esse processo de destruição da relação padrão de emprego”* (SINGER, 1999, p.37).

Singer considera o sindicalismo preso em uma armadilha que é justamente a relação padrão/emprego. Destaca que, conformados em ser os organizadores da parte formal da classe trabalhadora, o que se justificava nos períodos em que nas grandes cidades até 70% das pessoas podiam se sindicalizar, os sindicatos precisam acordar para o fato de que hoje organizam minorias cada vez mais restritas. Para sair desta armadilha, os sindicatos deveriam organizar todos os trabalhadores, inclusive os desempregados. Ou seja, *“os sindicatos têm de parar de existir apenas para os trabalhadores que têm emprego”* (SINGER, 1999, p. 43). Ressalta, no entanto, que a Confederação Nacional dos Metalúrgicos da Central Única dos Trabalhadores (CUT) tem o “Projeto Integrar”, em 14 cidades do Estado de São Paulo e com recursos para ser estendido para o resto do Brasil, para dar instrução a trabalhadores desempregados. Isto é, o neo-sindicalismo *“tem de se estruturar em amplas organizações que tenham sim, como um de seus objetivos, a defesa dos trabalhadores que ainda possuem emprego formal, mas que, ao mesmo tempo, tenham solidariedade para com os que perderam o emprego, os trabalhadores informais, os desempregados, e assim por diante. Temos de inventar um sindicato capaz de organizar o conjunto dos trabalhadores”* (SINGER, 1999, p.44).

Uma idéia deste porte sugere a princí-

pio um maior grau de dificuldade quando transposta para o universo dos trabalhadores rurais, cujo fator que reforça a desagregação é a preponderância do trabalho temporário (volante) - e num momento de perda do antigo "poder de fogo" da categoria. Se havia sido árduo o processo de integração desses trabalhadores, até que relativamente cristalizou-se uma certa identidade da categoria nas negociações, particularmente na década de 80, o desemprego tecnológico marca um tempo de recuo, acabando por dissolver a unidade que ainda era incipiente.

Projetos como o "Integrar", ou outros do gênero, por se basearem na capacitação do trabalhador, a partir mesmo de sua instrução primária, podem representar um começo de reorganização desses trabalhadores em torno de princípios comuns, fundamentados pelo conhecimento da realidade em transformação constante em que se inserem.

As hipóteses de que as ofertas de emprego no campo ainda retornarão, porém sob o signo da maior exigência quanto ao preparo do trabalhador, devem ser encaradas com muita preocupação, pois sem o caráter da reorganização sindical serão frouxas as possibilidades de reversão do alijamento quase total da população trabalhadora rural da forma como ela então se configura. Só o recrudescimento da atividade sindical, a todo o vapor, visando fundamentalmente a reeducação e capacitação técnica do trabalhador, poderá redefini-lo enquanto classe e enquanto trabalhador individual no plano coletivo.

3 - MATERIAL E MÉTODO

As estimativas sobre demografia e emprego na agricultura paulista são obtidas sistematicamente pelas pesquisas amostrais do Instituto de Economia Agrícola (IEA). O levantamento relativo aos dados demográficos é efetuado em abril e coleta as seguintes informações: número de habitantes por faixa etária, número de famílias residentes nos imóveis rurais, freqüência à escola, alfabetização, escolaridade do proprietário e do administrador, número de eleitores, natalidade e mortalidade infantil.

A taxa de alfabetização corresponde à relação entre o número de alfabetizados e o número de habitantes com mais de cinco anos; a freqüência à escola é a relação entre os que a

freqüentam e o número de pessoas com mais de cinco anos. A taxa de natalidade é calculada com base no número de nascimentos e no total de habitantes. A taxa de mortalidade infantil de menores de 1 ano, por mil nascimentos, é a relação entre o número de crianças mortas com menos de 1 ano e o número de nascimentos no ano.

As informações sobre ocupação e emprego são obtidas em fevereiro, abril, junho, setembro⁵ e novembro, com um maior detalhamento sobre a população trabalhadora residente nos imóveis rurais paulistas em abril, para as seguintes categorias: proprietário, arrendatário, parceiro, colono (bem como os familiares que auxiliam no trabalho), assalariado (mensalista, diarista e tratador), empreiteiro e administrador. Os trabalhadores não residentes nos imóveis rurais correspondem aos volantes e aos outros não residentes, que seriam aqueles contratados individualmente para trabalhos específicos, os trabalhadores permanentes e o proprietário e seus familiares, que trabalham mas não residem na propriedade.

Para o trabalho volante obtém-se o número médio de trabalhadores empregados na última semana. Geralmente, o dado reporta-se aos últimos quinze dias úteis do mês em que está sendo feito o levantamento. Serão apresentadas estimativas do emprego de homens, mulheres e crianças para as principais categorias de trabalho e ainda informações sobre o registro em carteira dos trabalhadores rurais.

Os dados sobre salários rurais são obtidos por meio de levantamento subjetivo, realizado junto aos técnicos das Casas de Agricultura de todos os municípios do Estado de São Paulo, nos meses de abril e novembro. O levantamento abrange seis categorias de trabalho: administrador, tratador, mensalista, capataz, diarista e volante⁶.

4 - ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 - Estimativas Demográficas nos Imóveis Rurais Paulistas

O avanço tecnológico tornou-se, no de-

⁵Neste mês não se coletam dados sobre o total de trabalhadores residentes nos imóveis rurais.

⁶Detalhes sobre o levantamento encontram-se em NOGUEIRA et al., 1992.

correr dos anos, irreversível na agricultura paulista. As máquinas agrícolas foram introduzidas de forma paulatina, inicialmente, no preparo do solo, depois no plantio, nos tratos culturais, na colheita das culturas anuais e semi-perenes e, atualmente, ainda em caráter experimental, nas culturas da laranja e do café. Os fertilizantes e os defensivos agrícolas também passaram pelo mesmo processo. Mesmo que fosse possível abandonar algumas técnicas como modo de fazer, permanecem aquelas que se impuseram, alterando de forma profunda o cenário agrícola quanto à absorção de mão-de-obra.

De acordo com os levantamentos realizados na década de 90, a população residente nos imóveis rurais do Estado de São Paulo vem diminuindo gradativamente no decorrer dos anos (Tabela 1). No entanto, não se constata alterações abruptas de um ano para o outro nessa população, como em décadas anteriores, embora, ao se tomar o final e, início da década, tem-se uma diminuição de 19%, ou seja, 285,5 mil pessoas que deixaram de residir no campo. Essa tendência já observada, de forma mais efetiva, nas últimas décadas, reforça a constatação de que mantêm-se nos imóveis rurais apenas “as famílias necessárias à realização de parte do processo produtivo, sendo o restante arregimentado fora da propriedade, sempre que necessário” (VICENTE et al., 1988, p.6).

A distribuição da população por faixa etária revela como mais representativa a faixa de 15 a 65 anos. No entanto, ao se observar as outras faixas etárias nota-se que a proporção de idosos vem aumentando nos imóveis rurais paulistas. Em 1990 essa população representava 3,8% do total e em 1999 chega a 6,5%. Essa situação vem sendo constatada também pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o Brasil, onde a participação de pessoas com mais de 60 anos no total da população vem aumentando. Esses informes mostram que a tendência de envelhecimento da população brasileira passa a ser irreversível e tende a aumentar cada vez mais, mudando não só o perfil da Previdência Social, mas também as políticas de saúde para os idosos (JANSEN, 1999).

Para a população residente com menos de 15 anos a tendência inverte-se, pois no início da década representavam 33,0% e em 1999 passam para 28,0%. Se anteriormente o número de filhos estava relacionado à quantidade

de mão-de-obra produtiva de que a família dispunha, e isso significava também segurança dos pais na velhice, hoje a família está menor (BAPTISTELLA, 1998). A própria estrutura produtiva, como mencionado anteriormente, vem necessitando cada vez menos de braços.

Se por um lado não há alterações significativas no número de famílias residentes no meio rural durante o período analisado, permanecendo em torno de 2 famílias por imóvel rural, de outro, o número de habitantes por imóvel (4,0 em 1990 e 3,5 em 1998) e o número de habitantes por família (7,8 em 1990 e 6,3 em 1998) diminuem gradativamente. Em 1999, observa-se ligeiro aumento, o que pode refletir o retorno de membros da família e/ou a situação desfavorável de moradia no setor urbano (Tabela 2).

Ao se cruzar esses dados do Levantamento Objetivo com os dados do Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agrícola (LUPA) sobre o número de casas habitadas e casas de moradia total nas Unidades de Produção Agropecuária (UPAs) observa-se que em 1995 e 1996 havia 66,1% de casas habitadas nas UPAs e 22,6% seria o potencial de casas⁷ que poderiam ser habitadas (PINO et al., 1997). Utilizando esta última informação, juntamente com o número de habitantes por família da tabela 3, tem-se o potencial de 400.832 pessoas que poderiam estar residindo no meio rural do Estado. No entanto, há de se levar em conta as condições dessas moradias, o interesse dos proprietários e a estrutura produtiva dessas UPAs.

Os dados do IEA demonstram que a redução das taxas de mortalidade e natalidade e o conseqüente aumento da expectativa de vida são os principais responsáveis pela alteração da estrutura etária da população residente no campo paulista.

Em 1971, a taxa de natalidade era de 31 nascimentos por mil habitantes, passando a 25 em 1986⁸ e a 10 nascimentos em 1999 (Tabela 2). Esses dados refletem a tendência da população do País, principalmente da Região Sudeste. Para o IBGE, o número médio de filhos por mulher, no final desta década, está em 2,1 filhos (ESCÓSSIA, 1999).

⁷Esse potencial refere-se à diferença entre o total de casas existentes no Estado e o total de casas habitadas.

⁸Os dados das décadas de 70 e 80 encontram-se em VICENTE et al. (1988 e 1991).

TABELA 1 - Estimativa da População Residente nos Imóveis Rurais por Faixa Etária, Estado de São Paulo, 1990-99

(1.000 habitantes)

Ano	Menos de 15 anos		De 15 a 65 anos		Mais de 65 anos		Total	Índice (1990=100)
	Número	%	Número	%	Número	%		
1990	498,7	33,0	957,4	63,3	56,9	3,8	1.513,0	100
1991	418,9	30,6	888,4	65,0	60,4	4,4	1.367,7	90
1992	430,4	29,6	957,2	65,9	64,7	4,5	1.452,3	96
1993	396,1	30,1	851,1	64,6	70,7	5,4	1.317,9	87
1994	365,0	29,4	821,5	66,1	55,4	4,5	1.241,9	82
1995	373,5	29,6	826,9	65,6	59,6	4,7	1.260,0	83
1996	337,0	28,5	786,2	66,5	58,6	5,0	1.181,8	78
1997	336,5	28,0	795,4	66,2	69,9	5,8	1.201,8	79
1998	315,1	26,5	806,7	67,9	67,0	5,6	1.188,8	79
1999	343,9	28,0	803,6	65,5	80,0	6,5	1.227,5	81

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 2 - Número Médio de Famílias Residentes, Habitantes Residentes, Habitantes por Família nos Imóveis Rurais e Anos de Estudo do Proprietário e do Administrador, Estado de São Paulo, 1990-99

Ano	Nº de famílias residentes	Nº hab. resid. por imóvel rural	Nº hab. por fam. no imóvel rural	Anos de estudo proprietário	Anos de estudo administrador
1990	2,0	7,8	4,0	5,7	4,4
1991	1,8	7,5	4,0	5,7	4,3
1992	1,9	7,9	4,2	6,2	4,6
1993	1,8	7,4	4,0	6,3	4,7
1994	1,8	7,4	4,1	6,2	4,8
1995	1,9	7,2	3,8	6,5	4,9
1996	1,8	6,9	3,8	6,0	4,6
1997	1,7	6,5	3,7	5,7	4,2
1998	1,8	6,3	3,5	5,9	4,2
1999	1,9	6,8	3,6	6,4	4,4

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 3 - População Residente nos Imóveis Rurais, Estimativa de Freqüência à Escola, de Alfabetizados, de Eleitores e da Taxa de Natalidade e Mortalidade Infantil, Estado de São Paulo, 1990-99

(em nº) (continua)

Ano	Popul. resid. com mais de 5 anos (A)	Popul. resid. com menos de 5 anos (B)	Freqüência à escola (C)	(C)/(A) (%)	Alfabetizados (D)	(D)/(A) (%)
1990	1.355.320	157.683	305.469	22,5	1.003.189	74,0
1991	1.233.369	134.420	285.020	23,1	935.411	75,8
1992	1.310.629	141.767	296.271	22,6	958.966	73,2
1993	1.190.370	127.588	275.129	23,1	898.468	75,5
1994	1.129.192	112.741	261.469	23,2	825.621	73,1
1995	1.142.063	118.000	257.843	22,6	852.158	74,6
1996	1.076.757	105.124	231.415	21,5	791.899	73,5
1997	1.102.459	99.406	243.449	22,1	795.339	72,1
1998	1.084.829	104.050	239.073	22,0	800.400	73,8
1999	1.111.150	116.407	260.064	23,4	792.682	71,3

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 3 - População Residente nos Imóveis Rurais, Estimativa de Frequência à Escola, de Alfabetizados, de Eleitores e da Taxa de Natalidade e Mortalidade Infantil, Estado de São Paulo, 1990-99

Ano	(em nº)				(conclusão)		
	Eleitores (E)	(E)/(A)+(B) (%)	Eleitores/hab. com mais de 15 anos (%)	Nascimentos	Taxa de natalidade	Mortes	Taxa de mortalidade infantil ¹
1990	755.211	49,9	74,5	18.607	12	660	35
1991	725.353	53,0	76,4	18.495	13	958	52
1992	770.221	53,0	75,3	18.731	13	886	47
1993	706.942	53,6	76,7	17.627	13	750	42
1994	678.092	54,6	77,3	15.538	12	598	38
1995	663.643	52,7	74,8	15.674	12	423	30
1996	660.059	55,8	78,1	11.427	10	360	32
1997	671.937	55,9	77,6	12.206	10	345	28
1998	679.372	57,1	77,7	11.621	10	237	20
1999	696.024	56,7	78,8	11.271	9	198	18

¹Taxa de mortalidade infantil no primeiro ano de vida, por mil nascidos vivos.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

Estudo desenvolvido por BAPTISTELLA (1998) junto aos colhedores de laranja, na região citrícola paulista, demonstra que o colhedor mais novo e com filhos tinha 20 anos, e que até 30 anos o número máximo de filhos era igual a três. Esse informe, embora seja de outra categoria de trabalho, o volante, passa a ser um indicador de como vem se comportando o meio rural paulista e permite também refutar a idéia muito enraizada de que tais grupos sociais tendem a ter muitos filhos. O que era verdade no passado não mais se aplica à realidade atual.

A taxa de mortalidade infantil, por sua vez, também caiu muito. No período 1971-74, para cada mil crianças nascidas nos imóveis rurais, cerca de 62 morriam antes de completar um ano de vida. No final da década de 80, o número de mortes passa para 35 a cada mil crianças e para 18 em 1999. Os aspectos que merecem ser levantados como responsáveis pela diminuição da mortalidade infantil e pelo aumento da perspectiva de vida no meio rural são: melhoria nos recursos assistenciais com uma maior intervenção do Estado no tocante à administração de vacinas, acesso aos postos de saúde, nível de renda, bem como o nível da população alfabetizada, dado que a alfabetização proporciona maior acesso às informações.

Um importante indicador de qualidade da força de trabalho é o nível de escolaridade dos trabalhadores. Os dados elaborados por Instituto de Economia Agrícola/Coordenadoria de Assis-

tência Técnica Integral (IEA/CATI) sobre escolaridade do proprietário residente nos imóveis rurais mostram em média 6 anos de estudo. Para a categoria administrador, a estimativa foi de 4 anos de estudo (Tabela 3).

Ao se observar a proporção de frequência à escola e a de alfabetizados da população residente no meio rural paulista, não se constatam alterações bruscas no período em estudo, pois existe uma situação de estabilidade em torno de 22,6% e 73,7%, respectivamente, destes indicadores. Esses percentuais são relevantes, mas a simples alfabetização já não é mais suficiente, pois há de se ter clareza que o mercado de trabalho rural, *vis-à-vis* com o urbano, tem requerido maiores níveis de escolaridade e de qualificação. Isso exige do ensino ministrado neste setor um diferencial que seja compatível com a necessidade do mercado, que está diante de uma nova situação, a competitividade.

O número de eleitores permite avaliar a participação política dos indivíduos do meio rural no contexto da sociedade. Na segunda metade da década de 80, alterações importantes ocorrem na lei eleitoral, como direito ao voto dos analfabetos e o voto facultativo a partir dos 16 anos. Essas modificações passam a se refletir de forma efetiva na década seguinte. Se no final dos anos oitentas a proporção de eleitores era de 44,1% em 1986 e 49,1% em 1989 (VICENTE; NOGUEIRA; BAPTISTELLA, 1988), no transcorrer da década de 90, essa proporção fica em torno de

54,3%. No entanto, ao se considerar somente os indivíduos que possuem idade acima de 15 anos, o percentual de eleitores variou de 74,5 em 1990 a 78,8 em 1999 (Tabela 2).

4.2 - Produção Agrícola e Emprego nos Anos Noventas

As informações sobre ocupação e emprego na agricultura paulista no período 1990-99 evidenciaram um decréscimo no total de pessoas ocupadas. Em 1990 a média dos quatro levantamentos efetuados (fevereiro, abril, junho e novembro) resultou em 1.496,6 mil pessoas ocupadas, enquanto que em 1999 a estimativa foi de 1.273,0 mil pessoas. A diferença entre estes valores é de 223,6 mil pessoas, ocorrendo em 1997 o menor nível de emprego, ou seja, 1.184,9 mil trabalhadores (Tabela 4 e Figura 1).

Outras fontes de levantamento também mostraram o declínio da população ocupada na agricultura. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PESQUISA, 1995), o total de pessoas ocupadas na agricultura paulista decresceu 12% de 1992 para 1995. A redução observada na comparação dos Censos Agropecuários de 1985 e de 1995-96 (CENSO AGROPECUÁRIO, 1995/96) foi bem significativa, passando de um total de 1,3 milhão de pessoas ocupadas em 1985, para 914,9 mil em 1995. Os dados obtidos pela Fundação SEADE, analisados por BALSADI (1998a), mostraram queda de 0,7% na demanda da força de trabalho em 46 culturas relevantes para a agricultura paulista, no período 1990-97.

A década de 90 inicia-se em uma conjuntura de crise, com prioridade para a estabilização da economia e a administração do déficit público. A queda do PIB e da renda *per capita* constituem indicadores do processo de recessão, afetando, conseqüentemente, o setor rural. As condições de desemprego e de perdas salariais afetaram negativamente a demanda por alimentos. A oferta de produtos agropecuários também foi prejudicada pela política agrícola com elevadas taxas de juros para custeio (BESSA JÚNIOR et al., 1991).

No período 1990-99, a área cultivada com nove⁹ culturas relevantes para a agricultura

⁹Algodão, amendoim (das águas e da seca), café, cana-de-açúcar (para indústria), feijão (das águas, da seca e de inverno), laranja, milho, milho safrinha e soja.

paulista apresentou pequeno crescimento (1%), com pior situação em 1992/93, quando houve a maior redução de área cultivada nos anos noventas (Tabelas 5 e 6). Culturas como cana-de-açúcar, laranja, olerícolas e frutíferas, entre outras, apresentaram crescimento da área cultivada, o que atenuou a queda registrada em importantes culturas, como algodão, arroz, café e feijão.

Segundo BALSADI (1998a) a produção de verduras e legumes cresceu significativamente nos anos noventas, suprimindo supermercados e redes de *fast-food*. Apesar da baixa participação em termos de área cultivada, cerca de 1%, em decorrência da sua produção ser exigente em mão-de-obra, corresponde a 9% da demanda total por força de trabalho. As frutíferas, também exigentes em mão-de-obra, foram responsáveis por 6,3% da força de trabalho em 1997, com crescimento expressivo de área cultivada para abacaxi, goiaba, maracujá, melancia, pêssego e uva e decréscimo de área para figo e banana¹⁰.

O cultivo de algodão apresentou-se desestimulado diante dos preços mais competitivos do produto importado. Para os donos de máquinas beneficiadoras, tornou-se mais vantajoso trabalhar com a fibra estrangeira. Neste contexto, os produtores nacionais diminuíram os cuidados com a lavoura, nas operações de adubação e controle fitossanitário, prejudicando a qualidade final do produto, ocasionando também efeitos negativos no emprego (GONÇALVES, 1993).

As culturas de arroz e feijão também sofreram reduções de área e, conseqüentemente, na produção e na demanda de mão-de-obra. O amendoim e a soja apresentaram oscilações na área cultivada, com recuperação em 1997/98, ou seja, crescimento de 14,4% e de 6,4% em relação ao início da década, respectivamente. O cultivo de milho mostrou tendência declinante em 1990-98, exceção feita ao milho safrinha, cuja área cresceu 98,3%, comparando-se 1990/91 e 1997/98. Quanto ao café, os preços baixos intensificaram o processo de erradicação, com redu-

¹⁰Além da fruticultura, novas ocupações vêm surgindo no campo em atividades, tais como: pesque-pague, criação de aves nobres e exóticas, criação de pequenos animais (escargot, minhocas, etc.), produção orgânica de plantas medicinais e de outros produtos, reprodução de plantas extrativas, turismo rural, hotel-fazenda e fazenda-hotel, complexos hípicas e parques temáticos (BALSADI, 1998b).

TABELA 4 - Estimativa do Número de Pessoas Empregadas na Agricultura Paulista, Fevereiro de 1990 a Fevereiro de 1999

(continua)

Ano e mês	Residente ¹	Não residente ¹	Volante	Total
1990				
Fevereiro	878.333	339.109	361.762	1.579.204
Abril	850.698	323.485	439.289	1.613.472
Junho	831.940	301.621	310.554	1.444.115
Setembro		294.126	317.067	
Novembro	723.997	335.701	290.120	1.349.818
Média	821.242	318.808	343.758	1.496.652
1991				
Fevereiro	766.984	302.377	337.138	1.406.499
Abril	726.095	284.735	315.528	1.326.358
Junho	787.049	346.155	308.637	1.441.841
Setembro		242.470	325.039	
Novembro	727.830	353.093	266.536	1.347.459
Média	751.990	305.766	310.576	1.380.539
1992				
Fevereiro	730.580	327.327	291.296	1.349.203
Abril	726.573	295.726	343.502	1.365.801
Junho	934.649	315.834	311.100	1.561.583
Setembro		365.436	334.299	
Novembro	684.653	312.320	231.157	1.228.130
Média	769.114	323.329	302.271	1.376.179
1993				
Fevereiro	712.391	338.507	193.446	1.244.344
Abril	733.567	341.717	259.936	1.335.220
Junho	808.083	310.159	311.147	1.429.389
Setembro		376.435	292.982	
Novembro	692.225	339.724	194.142	1.226.091
Média	736.567	341.308	250.331	1.308.761
1994				
Fevereiro	715.556	306.966	226.868	1.249.390
Abril	675.907	310.967	287.770	1.274.644
Junho	737.728	295.858	343.641	1.377.227
Setembro		357.993	270.169	
Novembro	595.081	373.792	229.136	1.198.009
Média	681.068	329.115	271.517	1.274.818
1995				
Fevereiro	654.838	342.992	160.280	1.158.110
Abril	659.464	286.744	275.913	1.222.121
Junho	708.964	306.012	215.820	1.230.796
Setembro		388.403	248.926	
Novembro	694.011	400.694	218.939	1.313.644
Média	679.319	344.969	223.976	1.231.168
1996				
Fevereiro	701.160	373.770	202.394	1.277.324
Abril	645.733	309.667	215.635	1.171.035
Junho	785.114	352.352	213.365	1.350.831
Setembro		427.754	241.789	
Novembro	701.451	340.603	240.823	1.282.877
Média	708.365	360.829	222.801	1.270.517

¹Engloba: proprietário e familiares, parceiros, arrendatários, assalariados em geral, empreiteiro e outros.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 4 - Estimativa do Número de Pessoas Empregadas na Agricultura Paulista, Fevereiro de 1990 a Fevereiro de 1999

(conclusão)				
Ano e mês	Residente ¹	Não residente ¹	Volante	Total
1997				
Fevereiro	624.451	354.362	168.645	1.147.458
Abril	606.773	311.206	157.416	1.075.395
Junho	725.254	343.537	294.286	1.363.077
Setembro		389.220	229.405	
Novembro	605.307	358.086	190.513	1.153.906
Média	640.446	351.282	208.053	1.184.959
1998				
Fevereiro	608.254	428.016	183.889	1.220.159
Abril	623.895	333.488	144.752	1.102.135
Junho	777.006	403.107	258.708	1.438.821
Setembro		482.571	295.497	
Novembro	698.954	425.238	245.336	1.369.528
Média	677.027	414.484	225.636	1.282.661
1999				
Fevereiro	659.076	423.212	154.353	1.236.641
Abril	585.884	362.423	174.497	1.122.804
Junho	736.889	404.043	212.662	1.353.594
Setembro		278.977	305.237	
Novembro	674.016	435.796	269.190	1.379.002
Média	663.966	380.890	223.188	1.273.010

¹Engloba: proprietário e familiares, parceiros, arrendatários, assalariados em geral, empreiteiro e outros.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

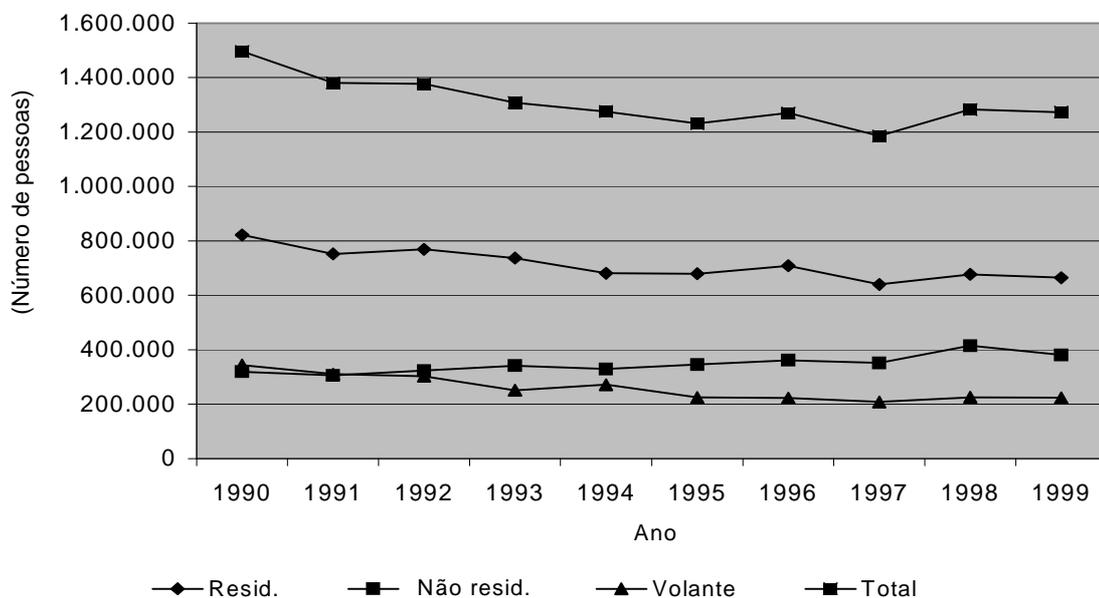


Figura 1 - Médias Anuais de Ocupação da População Trabalhadora na Agricultura Paulista, 1990-99.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 5 - Área das Principais Culturas do Estado de São Paulo, de 1990/91 a 1998/99

(mil hectares)									
Produto	1990/91	1991/92	1992/93	1993/94	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99 ¹
Algodão em caroço	221,5	219,0	142,6	149,3	179,6	119,0	82,3	123,1	71,4
Amendoim das águas	59,4	63,6	54,3	53,1	61,6	49,6	52,4	68,7	54,8
Amendoim da seca	17,9	21,3	16,6	15,5	17,5	14,4	16,1	19,7	18,1
Arroz em casca	189,5	189,5	167,2	142,2	132,1	104,0	80,2	54,7	53,6
Café beneficiado	434,0	364,1	315,7	282,9	268,5	267,0	277,2	314,6	326,9
Cana para indústria	2.165,1	2.311,9	2.353,2	2.595,6	2.707,5	2.807,7	2.872,2	2.880,5	2.868,1
Feijão das águas	148,4	120,9	105,9	112,7	81,5	72,5	77,9	71,5	77,6
Feijão da seca	91,8	145,0	126,2	124,4	82,2	63,6	77,8	83,9	97,2
Feijão de inverno	99,6	73,9	73,5	95,1	73,4	47,1	60,5	53,2	59,0
Laranja	755,6	763,5	799,2	707,7	763,5	895,6	863,0	874,6	871,7
Milho	1.190,6	1.025,2	904,7	915,3	830,0	723,5	724,6	697,1	713,7
Milho safrinha	193,8	230,7	284,3	378,8	370,4	363,6	366,4	384,3	401,3
Soja ²	495,2	465,5	490,0	562,6	537,0	488,4	477,4	527,1	507,6
Total	6.062,4	5.994,1	5.833,4	6.135,2	6.104,8	6.016,0	6.028,0	6.153,0	6.121,0

¹Previsão com base no 4º levantamento, abril de 1999.

²A partir de 1993/94 inclui soja safrinha.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 6 - Índice de Evolução da Área¹ das Principais Culturas do Estado de São Paulo, 1990/91 a 1998/99

Produto	1990/91	1991/92	1992/93	1993/94	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99
Algodão em caroço	100,0	98,9	64,4	67,4	81,1	53,7	37,2	55,6	32,2
Amendoim das águas	100,0	107,1	91,4	89,4	103,7	83,5	88,2	115,7	92,3
Amendoim da seca	100,0	119,0	92,7	86,6	97,8	80,4	89,9	110,1	101,1
Arroz em casca	100,0	100,0	88,2	75,0	69,7	54,9	42,3	28,9	28,3
Café beneficiado	100,0	83,9	72,7	65,2	61,9	61,5	63,9	72,5	75,3
Cana para indústria	100,0	106,8	108,7	119,9	125,1	129,7	132,7	133,0	132,5
Feijão das águas	100,0	81,5	71,4	75,9	54,9	48,9	52,5	48,2	52,3
Feijão da seca	100,0	158,0	137,5	135,5	89,5	69,3	84,7	91,4	105,9
Feijão de inverno	100,0	74,2	73,8	95,5	73,7	47,3	60,7	53,4	59,2
Laranja	100,0	101,0	105,8	93,7	101,0	118,5	114,2	115,7	115,4
Milho	100,0	86,1	76,0	76,9	69,7	60,8	60,9	58,6	59,9
Milho safrinha	100,0	119,0	146,7	195,5	191,1	187,6	189,1	198,3	207,1
Soja	100,0	94,0	98,9	113,6	108,4	98,6	96,4	106,4	102,5
Total	100,0	98,9	96,2	101,2	100,7	99,2	99,4	101,5	101,0

¹1990/91=100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

ção da área colhida e da produção, principalmente de 1991/92 para 1992/93. A partir de 1995 há uma recuperação do plantio devido aos preços compensatórios (Tabelas 5 a 8).

Considerando-se o período pós-implantação do Plano Real, as estimativas de produção

dos principais produtos agrícolas do Estado de São Paulo da safra 1997/98 mostram os melhores resultados dos últimos quatro anos, ou seja, 12% acima dos valores registrados em 1993/94, a área permanecendo praticamente inalterada no período. Já o valor total da produção agropecuária

TABELA 7 - Produção das Principais Culturas do Estado de São Paulo, 1990/91 a 1998/99
(mil toneladas)

Produto	1990/91	1991/92	1992/93	1993/94	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99 ¹
Algodão em caroço	341,2	336,3	225,0	254,7	311,4	211,8	173,4	227,0	156,1
Amendoim das águas	121,5	125,0	111,0	111,7	123,7	113,1	104,4	154,7	120,1
Amendoim da seca	27,5	28,8	26,0	24,1	27,5	21,9	23,9	31,7	28,7
Arroz em casca	325,2	337,2	306,9	276,6	256,5	212,7	171,5	123,4	127,1
Café beneficiado	237,6	186,4	216,0	204,6	102,6	191,4	163,9	246,4	216,5
Cana para indústria	143.900,0	150.900,0	155.445,0	167.470,0	174.960,0	186.245,0	194.713,0	199.367,0	200.015,0
Feijão das águas	130,2	103,2	114,0	132,0	75,6	69,6	95,3	86,7	100,1
Feijão da seca	75,0	135,6	102,6	123,9	79,5	63,0	76,7	93,0	115,9
Feijão de inverno	81,3	81,9	81,9	83,7	76,8	54,0	73,8	74,8	88,3
Laranja	13.141,7	12.240,0	12.525,6	11.209,0	13.149,8	15.327,3	15.628,8	13.899,2	15.594,1
Milho	3.366,0	3.024,0	2.910,0	2.952,0	2.758,2	2.504,4	2.569,2	2.487,6	2.746,0
Milho safrinha	418,2	495,6	660,0	519,6	985,8	852,0	714,6	1.163,0	1.173,1
Soja ¹	921,6	841,2	976,2	1.241,1	1.184,1	1.026,0	1.082,8	1.027,8	1.297,4

¹Previsão com base no 4º levantamento, abril de 1999.

²A partir de 1993/94 inclui soja safrinha.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 8 - Índice de Produção¹ das Principais Culturas do Estado de São Paulo, 1990/91 a 1998/99

Produto	1990/91	1991/92	1992/93	1993/94	1994/95	1996/97	1997/98	1998/99
Algodão em caroço	100,0	98,6	65,9	74,6	91,3	50,8	66,5	45,8
Amendoim das águas	100,0	102,9	91,4	91,9	101,8	85,9	127,3	98,8
Amendoim da seca	100,0	104,7	94,5	87,6	100,0	86,9	115,3	104,4
Arroz em casca	100,0	103,7	94,4	85,1	78,9	52,7	37,9	39,1
Café beneficiado	100,0	78,5	90,9	86,1	43,2	69,0	103,7	91,1
Cana para indústria	100,0	104,9	108,0	116,4	121,6	135,3	138,5	139,0
Feijão das águas	100,0	79,3	87,6	101,4	58,1	73,2	66,6	76,9
Feijão da seca	100,0	180,8	136,8	165,2	106,0	102,3	124,0	154,5
Feijão de inverno	100,0	100,7	100,7	103,0	94,5	90,8	92,0	108,6
Laranja	100,0	93,1	95,3	85,3	100,1	118,9	105,8	118,7
Milho	100,0	89,8	86,5	87,7	81,9	76,3	73,9	81,6
Milho safrinha	100,0	118,5	157,8	124,2	235,7	170,9	278,1	280,5
Soja	100,0	91,3	105,9	134,7	128,5	117,5	111,5	140,8

¹1990/91=100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

paulista teve uma queda acentuada de 17% de 1993/94 para 1994/95, vai crescendo nos anos posteriores até atingir, em 1997/98, valor da produção 2% inferior ao obtido em 1993/94. Ocorreu, portanto, uma nítida recuperação a partir da safra 1995/96 (PROGNÓSTICO, 1998).

Em resumo, importantes culturas na ocupação de mão-de-obra tiveram os cultivos bastante reduzidos, dentre as quais se destacaram algodão, arroz, café e feijão das águas. Além das reduções dos cultivos, encontra-se em curso a mecanização da principal operação geradora de emprego, a colheita dos produtos anuais e perenes.

A ocupação de residentes nos imóveis rurais apresentou tendência declinante, passando de 821,2 mil pessoas em 1990 (média dos quatro

levantamentos) para 663,9 mil em 1999. Ao se considerar as categorias de trabalho, verifica-se que os proprietários e seus familiares (residentes nos imóveis rurais) aumentaram a participação relativa durante a década, atingindo 45% em 1997 e 1998, mas decrescendo para 39,9% em 1999. Em termos absolutos os proprietários residentes passaram de 312,0 mil em 1990 para 233,6 mil em 1999 (Tabelas 4 e 9). Cabe lembrar que são estes os responsáveis pelo trabalho de direção das empresas, exercendo também atividades do processo produtivo. Parte dos pequenos proprietários e seus familiares empregam-se como assalariados em outras fazendas, procurando, assim, sua reprodução como trabalhadores rurais, sem a venda das terras.

TABELA 9 - Estimativa da População Trabalhadora Residente e Não Residente nos Imóveis Rurais, por Categoria, Estado de São Paulo, 1990-99

Categoria	1990		1991		1992		1993		1994	
	Número	%								
Residente										
Proprietário ¹	312.059	36,7	282.116	38,9	291.001	40,1	292.805	39,9	251.475	37,2
Administrador	20.710	2,4	19.672	2,7	25.471	3,5	18.982	2,6	17.782	2,6
Arrendatário ¹	23.697	2,8	13.260	1,8	10.307	1,4	8.255	1,1	14.233	2,1
Parceiro ¹	63.552	7,5	81.286	11,2	55.432	7,6	47.147	6,4	49.662	7,3
Colono	9.077	1,1	8.781	1,2	8.734	1,2	5.659	0,8	6.612	1,0
Empreiteiro	10.925	1,3	10.266	1,4	10.149	1,4	6.522	0,9	10.514	1,6
Assalariado ²	325.979	38,3	256.151	35,3	264.370	36,4	284.279	38,8	268.634	39,7
Tratorista	37.663	4,4	54.563	7,5	61.109	8,4	69.918	9,5	56.995	8,4
Outros ³	47.036	5,5	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	850.698	100,0	726.095	100,0	726.573	100,0	733.567	100,0	675.907	100,0
Não-Residente										
Proprietário ¹	171.599	22,5	154.097	25,7	147.773	23,1	161.940	26,9	172.370	28,8
Outros ⁴	151.886	19,9	130.638	21,8	147.953	23,1	179.777	29,9	138.597	23,1
Volantes ⁵	439.289	57,6	315.528	52,6	343.502	53,7	259.936	43,2	287.770	48,1
Subtotal	762.774	100,0	600.263	100,0	639.228	100,0	601.653	100,0	598.737	100,0
Total	1.613.472	-	1.326.358	-	1.365.801	-	1.335.220	-	1.274.644	-
Categoria	1995		1996		1997		1998		1999	
	Número	%								
Residente										
Proprietário ¹	252.118	38,2	266.530	41,3	276.228	45,5	280.999	45,0	233.673	39,9
Administrador	24.108	3,7	21.126	3,3	23.442	3,9	21.484	3,4	26.305	4,5
Arrendatário ¹	3.999	0,6	3.931	0,6	5.948	1,0	5.468	0,9	11.599	2,0
Parceiro ¹	43.192	6,5	46.736	7,2	36.026	5,9	28.573	4,6	28.581	4,9
Colono	14.261	2,2	9.593	1,5	6.383	1,1	3.437	0,6	3.848	0,7
Empreiteiro	1.867	0,3	2.091	0,3	1.624	0,3	1.546	0,2	3.043	0,5
Assalariado ²	243.815	37,0	226.474	35,1	190.889	31,5	213.603	34,2	228.560	39,0
Tratorista	76.104	11,5	69.252	10,7	65.926	10,9	68.785	11,0	50.275	8,6
Outros ³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	659.464	100,0	645.733	100,0	606.466	100,0	623.895	100,0	585.884	100,0
Não-Residente										
Proprietário ¹	148.893	26,5	154.608	29,4	163.859	35,0	175.053	36,6	197.538	36,8
Outros ⁴	137.851	24,5	155.059	29,5	147.347	31,4	158.435	33,1	164.885	30,7
Volantes ⁵	275.913	49,0	215.635	41,0	157.416	33,6	144.752	30,3	174.494	32,5
Subtotal	562.657	100,0	525.302	100,0	468.622	100,0	478.240	100,0	536.917	100,0
Total	1.222.121	-	1.171.035	-	1.075.088	-	1.102.135	-	1.122.801	-

¹Engloba os familiares que auxiliam no trabalho.

²Engloba trabalhadores mensalistas e diaristas residentes.

³Dado obtido apenas em 1990.

⁴Esse item engloba administrador, diarista, mensalista e outros trabalhadores contratados para serviços específicos, exceto a categoria volante.

⁵Os dados de volante são do levantamento de abril.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

As categorias de parceiros, arrendatários, colonos e empreiteiros decresceram em termos absolutos e relativos. Os parceiros e familiares eram 63,5 mil e 81,3 mil em 1990 e 1991, respectivamente (7,5% e 11,2% do total), foram diminuindo ano a ano para apenas 28,6 mil em 1999 (4,9% do total). O sistema de parceria é geralmente adotado nos cultivos de café e algodão, sofrendo, portanto, os efeitos do comportamento da produção desses produtos. Nesse sentido, há que se considerar as alterações nas áreas cultivadas, o comportamento do mercado em geral, como também a crescente adoção das

capinas motomecanizadas e com herbicidas. Estas últimas reduzem a ocupação de mão-de-obra durante o ano, tornando mais vantajosa a relação de trabalho assalariado.

A ocupação de arrendatários e seus familiares apresentou oscilações significativas durante o período considerado, pois certamente são mais afetados pelas condições adversas para produzir do que aqueles que têm a propriedade da terra. O sistema de arrendamento é utilizado, por exemplo, na cana-de-açúcar e no algodão, este último com diminuição dos cultivos, devido, como já se mencionou, ao desestímulo diante de

preços mais competitivos do produto importado. As categorias colono e empreiteiro já se mostravam pouco importantes no início da década de 90, com participações percentuais na força de trabalho em 1990 de 1,1% e de 1,3%, respectivamente. Em 1999, estas participações foram ainda menores. De modo geral, estas estimativas revelam o estrangulamento do espaço para reprodução da pequena produção na agricultura paulista ao longo dos anos noventa.

O crescimento relativo dos assalariados residentes no decorrer da década de 90 foi devido principalmente ao aumento do emprego de administradores e tratoristas. O contingente de mensalistas e diaristas foi decrescente, passando de 325,9 mil em 1990 para 228,5 mil em 1999. O emprego de administradores apresentou-se desfavorável apenas em 1993 e 1994, com 18,9 mil e 17,7 mil pessoas, respectivamente. A partir de 1995 permanece sempre superior a 20 mil e atinge o total de 26,3 mil administradores em 1999, reafirmando a tendência da especialização dos trabalhadores residentes no meio rural¹¹.

A crescente mecanização das operações agrícolas ocasionou uma maior utilização de operadores de máquinas ou tratoristas, que passaram de 37,6 mil em 1990 (4,4% do total de residentes) para 76,1 mil em 1995 (11,5% do total). Apesar da tendência declinante apresentada a partir de então, representaram 8,6% da ocupação de residentes nos imóveis rurais em 1999, com 50,2 mil trabalhadores.

O trabalho da mulher e do menor nos imóveis rurais insere-se de forma diferenciada. Pode-se dizer que existem dois grupos de trabalho: no primeiro estão aqueles que asseguram as funções e são polivalentes e no segundo, no qual estão a mulher e o menor, cujo tempo de trabalho pode ser ajustado quase instantaneamente, segundo as necessidades do momento.

A participação da população trabalhadora feminina (mais de 15 anos) residente nos imóveis rurais em relação ao trabalho masculino (mais de 15 anos) era de 21,1% em 1990, ficando ao redor de 28,0% em 1999, embora, em termos absolutos, tenha ocorrido um decréscimo de 16,5 mil mulheres ocupadas, concentrado, principalmente, na parceria, no colonato e na categoria

empreiteiros. Em 1999, familiares do proprietário e assalariadas constituem as categorias mais representativas, com 85,1 mil (38,9%) e 36,3 mil trabalhadoras (16,4%), respectivamente. Nestas duas categorias foi crescente a participação do trabalho das mulheres em relação ao trabalho masculino (Tabela 10).

Historicamente, a mulher sempre trabalhou de forma intensa nas atividades agropecuárias. Na estrutura de produção familiar, isso ocorreu e continua ocorrendo na pecuária leiteira, nas farinhas artesanais, na “panha” do algodão e na colheita do café e demais cultivos, por exemplo. Pesquisas sobre o grau de integração da mão-de-obra na produção evidenciaram ser a agricultura de subsistência o tipo de produção agrícola que de fato absorvia maior força de trabalho feminino¹². Nas pequenas explorações a mulher tem participação efetiva e não remunerada no trabalho agrícola. Nas médias e grandes propriedades ela aparece, principalmente, como assalariada volante e como membro não remunerado das famílias de parceiros (PAULILO, 1976; SAFFIOTI e FERRANTE, 1984; VICENTE, 1997). Com o declínio da parceria e do colonato, verificou-se o crescimento da participação da mulher no trabalho assalariado, passando a ser absorvida como mão-de-obra individualizada.

A utilização da força de trabalho do menor (homens e mulheres com menos de 15 anos) nos imóveis rurais do Estado correspondia, aproximadamente, a 9,5% do total de residentes ocupados, até 1996. A partir de então, a absorção dessa mão-de-obra tem diminuído para 8,1% em 1997, 6,1% em 1998 e chega a 4,9% em 1999 (Tabela 10).

Ao se observar a participação do menor nas categorias de trabalho, nota-se que na categoria empreiteiro não há nenhuma criança nos três últimos anos e que em 1996 foram ocupadas somente 65 crianças.

Nas categorias proprietário, arrendatário, parceiro e colono, o trabalho do menor é bastante requisitado. Isso se dá pelas próprias características dessas categorias, ou seja, elas mantêm relação de produção exigindo que par-

¹¹A informática aplicada à agricultura, utilizada pelas empresas rurais no final dos anos oientas, contribuiu para a ocupação de trabalhadores especializados no campo (BORBA, 1994).

¹²No caso da pequena exploração, em que está em jogo a sobrevivência, nem a idade da mulher, nem a gravidez ou a existência de filhos pequenos, e tampouco o trabalho doméstico, a impedem de trabalhar na roça.

TABELA 10 - Estimativa da População Trabalhadora Residente nos Imóveis Rurais, por Categoria, por Sexo e por Idade, Estado de São Paulo, 1990-99

Categoria	1990			1991		
	Homens (> 15 anos)	Mulheres (> 15 anos)	Homens e mulheres (< 15 anos)	Homens (> 15 anos)	Mulheres (> 15 anos)	Homens e mulheres (< 15 anos)
Proprietário	195.443	86.025	30.591	162.163	88.606	31.347
Arrendatário	18.243	4.075	1.379	8.452	3.675	1.133
Parceiro	38.732	14.369	10.451	43.828	21.402	16.056
Colono	5.094	1.833	2.150	3.387	3.298	2.096
Empreiteiro	6.303	3.411	1.211	5.987	1.876	2.403
Assalariado ¹	276.052	31.857	18.070	219.080	27.771	9.300
Outros ²	29.461	10.720	6.855	-	-	-
Total	569.328	152.290	70.707	442.897	146.628	62.335
Categoria	1992			1993		
	Homens (> 15 anos)	Mulheres (> 15 anos)	Homens e mulheres (< 15 anos)	Homens (> 15 anos)	Mulheres (> 15 anos)	Homens e mulheres (< 15 anos)
Proprietário	158.572	103.082	29.347	150.741	104.180	37.884
Arrendatário	5.654	3.065	1.588	6.018	1.387	850
Parceiro	29.074	16.683	9.675	28.603	14.358	4.186
Colono	4.499	2.855	1.380	2.189	2.514	956
Empreiteiro	7.832	1.973	344	4.059	1.995	468
Assalariado ¹	197.426	47.544	19.400	231.914	39.159	13.206
Total	403.057	175.202	61.734	423.524	163.593	57.550
Categoria	1994			1995		
	Homens (> 15 anos)	Mulheres (> 15 anos)	Homens e mulheres (< 15 anos)	Homens (> 15 anos)	Mulheres (> 15 anos)	Homens e mulheres (< 15 anos)
Proprietário	134.207	88.090	29.178	137.240	88.043	26.835
Arrendatário	6.532	3.737	3.964	2.667	752	580
Parceiro	27.239	14.476	7.947	23.242	14.514	5.436
Colono	2.962	2.031	1.619	6.693	3.113	4.455
Empreiteiro	7.588	645	2.281	1.192	374	301
Assalariado ¹	209.310	39.504	19.820	194.507	34.224	15.084
Total	387.838	148.483	64.809	365.541	141.020	52.691
Categoria	1996			1997		
	Homens (> 15 anos)	Mulheres (> 15 anos)	Homens e mulheres (< 15 anos)	Homens (> 15 anos)	Mulheres (> 15 anos)	Homens e mulheres (< 15 anos)
Proprietário	145.361	87.728	33.441	148.621	98.862	28.745
Arrendatário	2.640	943	348	4.488	1.044	416
Parceiro	27.989	13.718	5.029	21.327	12.833	1.866
Colono	5.586	2.057	1.950	4.452	1.153	778
Empreiteiro	1.558	468	65	1.362	262	0
Assalariado ¹	182.763	31.350	12.361	149.579	31.309	10.001
Total	365.897	136.264	53.194	329.829	145.463	41.806
Categoria	1998			1999		
	Homens (> 15 anos)	Mulheres (> 15 anos)	Homens e mulheres (< 15 anos)	Homens (> 15 anos)	Mulheres (> 15 anos)	Homens e mulheres (< 15 anos)
Proprietário	155.458	102.014	23.527	133.681	85.129	14.863
Arrendatário	3.168	2.107	193	7.189	3.767	643
Parceiro	17.781	10.021	771	16.474	10.212	1.895
Colono	2.322	717	398	3.352	0	496
Empreiteiro	1.546	0	0	2.809	234	0
Assalariado ¹	165.694	40.141	7.768	185.260	36.382	6.918
Total	345.969	155.000	32.657	348.765	135.724	24.815

¹Inclui mensalistas e diaristas residentes.

²Dado obtido apenas em 1990.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

cela significativa da família participe do trabalho agrícola. O colono, embora não seja uma categoria representativa em número de pessoas, demandou o maior número de crianças, variando de 31,2% (do total de colonos ocupados) em 1995 a 11,6% em 1998. Nas categorias de arrendatários e parceiros a demanda por esta mão-de-obra foi mais intensa até 1996.

O trabalho do menor na categoria proprietário residente não apresentou grande oscilação no decorrer da década, permanecendo em torno de 10,4%. No entanto é a que possui o maior número de pessoas. É significativo o número de menores assalariados, embora sua participação em relação aos assalariados adultos tenha sido, em média, de 5,2% na década. As categorias que mais utilizam menores são proprietários, assalariados e parceiros.

Embora no meio rural paulista tenha diminuído a ocupação de menores residentes nos imóveis, de 70,7 mil em 1990 para 24,8 mil em 1999, e isso tenha se dado pelo aumento da mecanização, maior fiscalização dos órgãos públicos, sindicatos e organizações não-governamentais, muitos produtores ainda têm ignorado a proibição do trabalho de menores previsto nos artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da Convenção 138 da OIT. A pobreza é, ainda, a questão mais importante na utilização dessa mão-de-obra. A instabilidade econômica gera instabilidade social e as crianças são as primeiras a sofrer, dado que os aspectos mais negativos do trabalho infanto-juvenil estão no desenvolvimento físico, quando expostos a longas jornadas em atividades penosas, insalubres e perigosas, e no desenvolvimento intelectual, na dificuldade de conciliar estudo e trabalho.

Se, de um lado, ocorreu queda na ocupação de trabalhadores residentes nos imóveis rurais, de outro, houve um crescimento do número de proprietários e outros não residentes no meio rural. Com base nas estimativas sobre emprego de não residentes nos imóveis rurais (exceto volantes), pode-se constatar que uma parcela de trabalhadores deixa o campo apenas no aspecto referente à residência, permanecendo na atividade agrícola. Em 1999, estes trabalhadores representaram 32,2% do total ocupado, ou seja, 362,4 mil pessoas (em 1990 correspondiam a 20% da força de trabalho) (Tabela 9).

A articulação entre trabalho permanente e trabalho temporário, este último mais solicitado nas épocas de colheita dos diversos produtos, garante o suprimento de mão-de-obra no campo. Ainda no final dos anos oitentas, novos componentes passaram a atuar no cenário do trabalho rural, destacando-se a crescente adoção de colheitadeiras em importantes culturas, como a cana-de-açúcar e o algodão. Outras mudanças encontram-se em curso, visando sobretudo a continuidade da produção diante de um cenário marcado pela crescente competitividade. Tem sido bastante rápida a resposta das pesquisas no sentido de analisar e resolver os problemas que interferiram no uso de máquinas. Embora a colheita dos produtos agrícolas constitua a operação mais importante para ocupação da mão-de-obra no campo, encontram-se em marcha diversos processos de substituição do trabalho humano, sem haver de forma dinâmica a ocorrência de novas possibilidades de emprego. Os efeitos desses acontecimentos têm se abatido mais fortemente sobre a ocupação dos trabalhadores volantes, pois em 1986 a categoria representava cerca de 31% do total da força de trabalho ocupada, participando com 27% no final da década de 80 e com 18% em 1996 (VICENTE, 1999).

A avaliação das médias anuais de ocupação dos volantes no período 1990-99 mostrou a tendência declinante. No período considerado, as médias oscilaram entre o máximo de 343,7 mil em 1990 e o mínimo de 208,0 mil em 1997, ou seja, cerca de 135,7 mil trabalhadores a menos. Em 1999, a situação apresenta-se mais desfavorável em fevereiro, com 154,3 mil, e em abril, com 174,4 mil trabalhadores ocupados. No segundo semestre, há um aumento na ocupação desses trabalhadores por conta da colheita das culturas perenes (Tabela 4).

4.3 - Salários Rurais e Registro em Carteira

Os salários constituem fator de influência nas condições de vida da população trabalhadora rural. Os dados para as categorias de trabalho (administrador, tratorista, capataz, mensalista, diarista e volante) apresentam comportamentos distintos no transcorrer da década em estudo (Figuras 2 e 3).

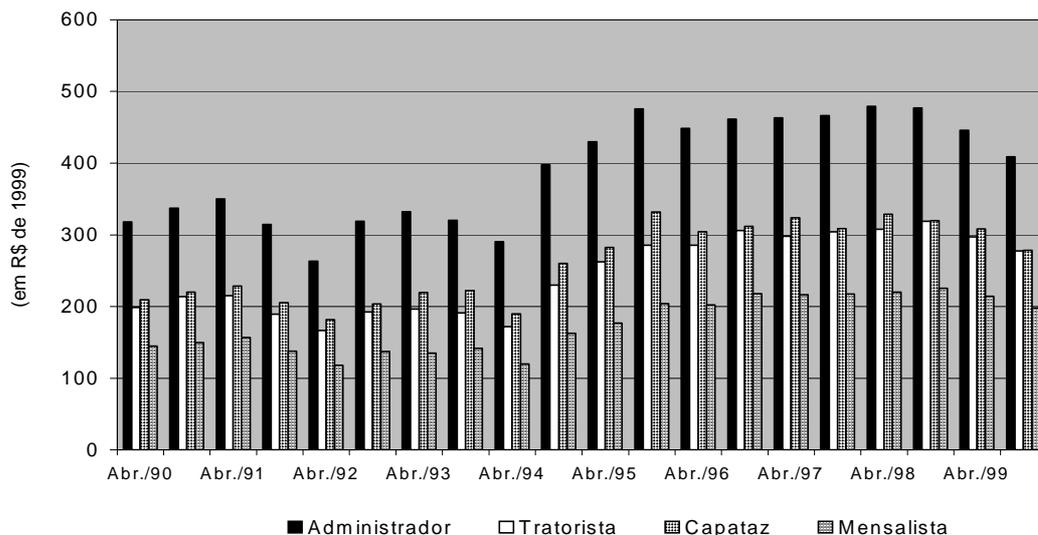


Figura 2 - Evolução dos Salários Rurais das Categorias de Administrador, Tratorista, Capataz e Mensalista, Estado de São Paulo, Abril de 1990 a Novembro de 1999.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

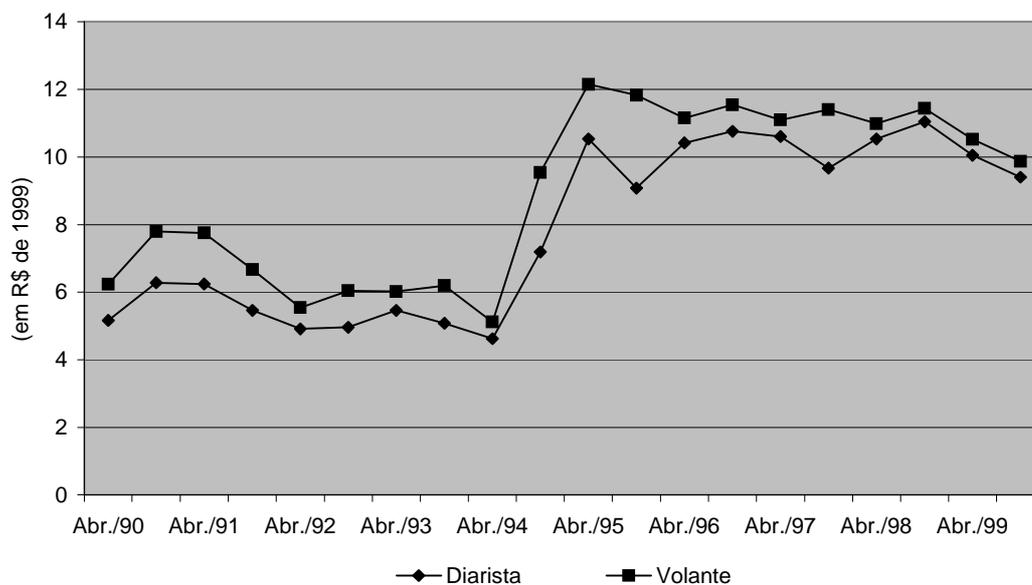


Figura 3 - Evolução dos Salários Rurais das Categorias de Diarista e Volante, Estado de São Paulo, Abril de 1990 a Novembro de 1999.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

Podem ser observados três momentos: o primeiro, que vai de abril de 1990 a abril de 1994, em que os níveis salariais mostram uma perda real. Neste período, têm-se os planos econômicos com arrocho salarial e uma conjuntura de elevados índices de inflação. No segundo período, novembro de 1994 a novembro de 1998, o Plano Real promoveu uma boa recuperação salarial, estabilidade econômica e o controle da inflação. Após esse período favorável aos salá-

rios rurais, 1999 sinaliza mudanças importantes na configuração das remunerações dos trabalhadores, tanto para os mensalistas quanto para os volantes e diaristas, pois as novas diretrizes da política cambial brasileira em curso têm provocado uma desvalorização do real, já refletindo no comportamento salarial de abril e novembro de 1999.

Os trabalhadores rurais que estiveram empregados e também registrados em carteira,

no decorrer desta década, obtiveram melhores condições de vida. O registro em carteira¹³ indica o nível de formalização das relações entre empregador e empregado.

Para uma avaliação do percentual de registro em carteira dos trabalhadores residentes nos imóveis rurais paulistas foram consideradas as categorias administrador, tratorista, mensalista e diarista, os quais têm por características inerentes um maior comprometimento com as empresas em que trabalham.

No transcorrer da década de 90 só se beneficiaram do Registro em Carteira de 50% a 60% do total dos assalariados (Tabela 11). Percentual efêmero se for considerado que há por Lei a obrigatoriedade do registro para exercício de qualquer emprego. Pode-se dizer que os assalariados que possuem Registro em Carteira são os “eleitos” pelos empregadores, pois, quando se tem a família residindo é comum que também atuem nas atividades, sem possuírem o registro.

5 - O SINDICALISMO RURAL NO MEIO DE UMA GRANDE TORMENTA

Apesar de a década de 80 ter sido conhecida como a década perdida, sobretudo em função dos elevados níveis de inflação e da estagnação da renda *per capita*, a ação sindical foi extremamente importante para impedir que o processo inflacionário diminuísse ainda mais o poder aquisitivo dos salários e agravasse a já injusta distribuição de renda. Foi uma década marcada principalmente pela ampliação das negociações coletivas, da taxa de sindicalização e da realização de greves como mecanismo recorrente de reposição das perdas salariais. Esse conjunto de características introduzidas pelo chamado “sindicalismo novo” foi fortemente influenciado pelo contexto político e pelo ambiente econômico dos anos oitentas.

O sindicalismo dos anos noventas já não se caracteriza somente pela mobilização em torno das negociações de data-base, dos reajustes salariais e das greves massivas de categoria verificadas durante o período de ascensão. Observam-se vários indícios de alterações na atua-

ção sindical. O movimento de abertura econômica ao exterior e de redefinição do papel do Estado resultaram em mudanças estruturais na base da ação sindical. O papel do sindicato vai sendo redefinido pelo surgimento de uma nova agenda de questões, como: desemprego, participação nos lucros e resultados, remuneração variável, produtividade, flexibilidade das normas reguladoras das relações capital-trabalho, reestruturação das empresas e dos setores, reforma do Estado, privatização, redução e flexibilização da jornada de trabalho, abertura da economia, integração regional, questões de gênero, trabalho infantil, entre outras.

Na área rural, o avanço da reforma agrária e o fortalecimento da propriedade familiar vinculam-se, mais do que nunca, aos temas da área urbana, como a questão do emprego. Nova agenda do movimento sindical vem sendo constituída, ou seja, há uma ampliação do leque temático, ao mesmo tempo em que diminuem as condições de seu enfrentamento pelo gradativo enfraquecimento da base material (uma escassez crescente de recursos) e atuação (dificuldade de combinar a ação cotidiana das entidades sindicais mais próximas dos trabalhadores de base, com a participação institucional, quase sempre conduzida pelas entidades de cúpula, impedindo, muitas vezes, a efetiva compreensão dos limites e possibilidades dessa atuação).

A baixa adesão e participação dos trabalhadores rurais nos sindicatos têm resultado, no final dos anos noventas, em uma incapacidade do movimento sindical de reverter os indicadores mais expressivos de seu movimento que são, no limite, o nível de emprego regular e regulamentado, o nível salarial, o nível de sindicalização e o nível de qualidade de vida dos trabalhadores (POCHMANN; BARRETO; MENDONÇA, 1998).

O movimento sindical de trabalhadores rurais adquiriu, no decorrer da década de 80, experiências significativas de participação ativa em programas governamentais. A participação desse movimento em espaços institucionais (tripartite) na década seguinte ocorre no momento histórico de redução do poder de mobilização dos trabalhadores, em função, principalmente, do processo de reestruturação produtiva que afetou profundamente o emprego formal e as condições de trabalho.

A participação tripartite é uma prática recente na sociedade brasileira. A definição de

¹³Regido pela Lei n.5.889, de 8 de junho de 1973, e pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) nos artigos 13 a 21.

TABELA 11 - Registro em Carteira do Trabalhador Residente no Imóvel Rural, Estado de São Paulo, 1990-99

(em nº)

Ano	Registro em carteira	Assalariados ¹	Participação percentual
1990	216.020	384.352	56,2
1991	197.607	330.386	59,8
1992	234.303	350.950	66,8
1993	222.340	373.179	59,6
1994	190.515	343.411	55,5
1995	181.843	344.027	52,9
1996	177.619	316.852	56,1
1997	156.149	280.257	55,7
1998	183.388	303.872	60,4
1999	184.606	305.140	60,5

¹Inclui administrador, tratorista, mensalista e diarista.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

políticas sociais nessas Comissões é um dos grandes desafios que o movimento sindical tem enfrentado nos últimos anos (LOPES, 1998).

Embora seja muito cedo para uma análise da participação do movimento sindical rural nessas Comissões tripartite, o que se pode observar é que a Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo vem se defrontando com algumas dificuldades para entender seu papel, definir sua identidade, desenhar os limites desta participação e uma certa inexperiência de construir novos paradigmas para a ação sindical futura.

Para OLIVEIRA (1998), as metas empresariais de flexibilização não estão enfrentando fortes obstáculos no plano das relações de trabalho. De certa forma, essas metas são facilitadas pela inexistência ou baixa eficácia dos mecanismos de contratação coletiva.

A idéia de que os trabalhadores poderão resistir ao atual contexto de crise e mudança por intermédio do sistema corporativo é insustentável e não afasta o risco de esvaziamento de suas organizações e de uma maior perda de dinamismo do movimento sindical. Mesmo que dê margem à preservação da máquina sindical e à sobrevivência formal dos sindicatos, isso seria ineficaz diante das mudanças recentes no mercado de trabalho e no perfil dos trabalhadores, podendo ampliar a distância entre os organismos de cúpula e os locais de trabalho, o que reduziria ainda mais o poder de resistência e negociação e a participação institucional dos sindicatos (OLIVEIRA, 1998).

Essa situação torna-se ainda mais grave quando se considera que no centro do debate sobre a reforma do sistema corporativo estão as iniciativas de desregulamentação dos direitos sociais e de flexibilização das relações de trabalho, disseminadas no meio empresarial e promovidas pelo setor público, diante das quais os sindicatos serão cada vez mais desafiados a rever sua agenda e a transcender o âmbito exclusivo das relações de trabalho para encontrar as saídas que permitam manter e ampliar sua base de sustentação, seu poder de representação e suas conquistas sociais, sem o que a democratização das relações de trabalho continuará a ser pura ficção (OLIVEIRA, 1998).

No meio rural, as cooperativas de trabalho foram apresentadas como alternativa para uma organização menos conflituosa dos trabalhadores em relação aos empregadores, por deter, na sua essência, a virtude do "consenso", no sentido de agregar valor ao trabalho.

No entanto, ALBUQUERQUE (1998) chama atenção para alguns fatores: as cooperativas foram implantadas na forma técnico-jurídica de modo fragmentado, contribuindo para a proliferação de análises que agradam pelo seu bom senso, mas que confundem o significado dos acordos e parcelas.

As empresas que utilizam as cooperativas de trabalho não sofreram alterações substanciais da lógica taylorista em seu interior. Os acordos, do ponto de vista da estratégia das empresas, não se limitam à consideração do acordo como um objetivo único que materialize uma

ligação entre parceiros, mas sim como parte de suas atividades e como elementos submetidos à sua lógica própria; e o fato novo, se existe, na entrada da cooperativa de trabalho no processo de trabalho é a retirada de dois atores sociais do processo de trabalho: o sindicato e o Estado. O primeiro, afetado por uma “anemia sindical”, que impossibilita ações de contraponto, e o segundo, cuja retirada é legitimada política e ideologicamente pelo neoliberalismo.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer dos anos noventas a população residente nos imóveis rurais do Estado de São Paulo diminuiu gradativamente, com destaque para o aumento na proporção de idosos (com mais de 65 anos). As estimativas apresentadas apontaram no sentido da redução das taxas de natalidade e mortalidade infantil, importantes fatores de alteração da estrutura etária da população residente no campo. Os indicadores relativos à escolaridade e alfabetização mostraram uma situação de estabilidade, enquanto que a proporção de eleitores em relação ao total da população aumenta no transcorrer da década de noventa.

No período 1990-99 ocorreu decréscimo no total de pessoas ocupadas na agricultura paulista, estimando-se menos 200 mil pessoas ocupadas, diante da redução dos cultivos de importantes culturas na ocupação de mão-de-obra. Tem ocorrido, também, a mecanização da colheita, principal operação geradora de emprego.

A ocupação de trabalhadores residentes nos imóveis rurais apresentou tendência declinante, em maior proporção para as categorias de parceiros, arrendatários, colonos e empreiteiros. A participação da população trabalhadora feminina cresceu em termos relativos, embora tenha decaído em termos absolutos, enquanto que

a utilização da força de trabalho de menores diminuiu significativamente. Em contrapartida, cresceu a ocupação de proprietários rurais e outros trabalhadores não residentes nos imóveis. Outra ocorrência relevante refere-se ao crescente desemprego da categoria volante.

De modo geral, para todas as categorias de trabalho assalariado, os níveis salariais apresentaram perda real até meados de 1994, recuperação até 1998 e nova perda salarial em 1999. Ressalte-se que cerca de 60% do total de assalariados se beneficiam do registro em carteira.

A dinâmica econômica atual impõe para as empresas rurais a busca de ganhos de produtividade, ou seja, a procura por eficiência e a tentativa de aumento da competitividade de seus produtos, cuja consequência mais expressiva é a reestruturação produtiva com a redução da ocupação e do emprego. Esse processo tem ocasionado acentuada competição entre os trabalhadores, principalmente os assalariados, com o rompimento da unidade de interesses. Com o aumento da diferenciação das situações de emprego (trabalho temporário, subcontratação/terceirização, trabalho parcial, a domicílio, etc.), a representatividade dos sindicatos, bem como sua capacidade de articular demandas diferenciadas e de intervenção nos processos de negociação, diminuiu.

Diante dos aspectos mencionados, os sindicatos têm de se estruturar de forma a atuarem na defesa dos trabalhadores que ainda possuem emprego formal, como também organizar o conjunto dos trabalhadores informais e dos desempregados.

Há que se ressaltar também que a redução do emprego tradicional agrícola, provocada pela absorção de novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho, não tem sido compensada, em geral, pelo aumento da ocupação nos demais setores da atividade econômica.

LITERATURA CITADA

ALBAN, Marcus. **Crescimento sem emprego**: o desenvolvimento capitalista e sua crise contemporânea à luz das revoluções tecnológicas. Salvador: Casa da Qualidade Editora, 1999. 306p.

ALBUQUERQUE, Paulo P. Cooperativas de trabalho: mudanças das relações de produção? **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.12, n.1, p.61-69, jan./mar. 1998.

BALSADI, Otávio V. Demanda da força de trabalho na agricultura paulista no período 1990-97. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.28, n.4, p.19-31, abr. 1998a.

_____. "Novas" e tradicionais atividades agrícolas: algumas características do trabalho na olericultura e na cana-de-açúcar. **Informações Econômicas**, São Paulo v.28, n.12, p.15-28, dez. 1998b.

BALTAR, Paulo E. A. Crise contemporânea e mercado de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, Marco A. (Coord.) **Economia e trabalho**. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 1998. p.129-146.

BAPTISTELLA, Celma S. L. **Colhedores de laranja na indústria paulista**. São Paulo: USP/FFLCH, 1998. 157p. Dissertação de Mestrado.

BESSA JÚNIOR, Alfredo de A. et al. Prognóstico agrícola 1991/92. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.21, n.8, p.9-129, ago. 1991.

BORBA, M. M. Z. **Adequação da força de trabalho rural na moderna agricultura da região de Ribeirão Preto**. Campinas: UNICAMP/IE, 1994. 255p. Tese de Doutorado.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v.1, 617p.

CENSO AGROPECUÁRIO - São Paulo. Rio de Janeiro: IBGE, 1985; 1995/96.

ESCÓSSIA, Fernanda. Perfil social mostra que país está mais velho e violento. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 mar. 1999.

GONÇALVES, José S. Comportamento dos mercados de algodão no pico da safra 1992/93. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.23, n.7, p.23-37, jul. 1993.

JANSEN, Roberta. Número de idosos aumenta entre brasileiros. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 mar. 1999.

LOPES, Carmem L. E. Algumas questões da agenda sindical nas últimas décadas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.12, n.1, p.35-44, jan./mar. 1998.

MATTOSO, Jorge E. L. Transformações econômicas recentes e mudanças no mundo do trabalho. In: OLIVEIRA, Marco A. (Coord.) **Economia e trabalho**. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 1998. p.61-77.

NOGUEIRA, Elizabeth A. e et al. (Coord.) **Estatísticas de salários agrícolas no estado de São Paulo**. São Paulo: IEA, 1992. 100p. (Ser. Inf. Estat. Agric., 1/92)

OLIVEIRA, Marco A. Notas sobre a crise do novo sindicalismo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.12, n.1, p.24-29, jan./mar. 1998.

PAULILO, M. I. S. **O trabalho da mulher no meio rural**. Piracicaba: USP/ESALQ, 1976. 145p. Dissertação de Mestrado.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.

PINO, Francisco A. et al. (Orgs.) **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do estado de São Paulo**. São Paulo: IEA/CATI/SAA, 1997. 4v.

- Baptistella;
- POCHMANN, Márcio. Desemprego e políticas de emprego: tendências internacionais e o Brasil. In: OLIVEIRA, Marco A. (Coord.) **Economia e trabalho**. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 1998. p.219-233.
- _____. O mundo do trabalho em mudança. In: NABUCO, Maria R.; CARVALHO NETO, Antônio. **Relações de trabalho contemporâneas**. Belo Horizonte: Instituto de Relações de Trabalho, 1999.
- _____; BARRETO, Reginaldo, M.; MENDONÇA, Sérgio E. A. Ação sindical no Brasil: transformações e perspectivas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.12, n.1, p.10-23, jan./mar. 1998.
- PROGNÓSTICO AGRÍCOLA 1998/99. São Paulo: IEA, 1998.
- SAFFIOTI, H. I. B.; FERRANTE, V. L. S. B. A mulher e as contradições do capitalismo agrário. In: **A mulher rural e mudança no processo de produção agrícola: estudos sobre a América Latina**. Brasília: IICA, jul. 1984. p.32-39.
- SILVA, César R. L. Uma tentativa de avaliação das possibilidades de geração de emprego da agricultura brasileira. [CD-ROM] In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., Foz do Iguaçu, 29/08 - 02/09/99. **Anais...** Brasília: SOBER, 1999.
- SINGER, Paul. A crise das relações de trabalho. In: NABUCO, Maria R.; CARVALHO NETO, Antônio. **Relações de trabalho contemporâneas**. Belo Horizonte: Instituto de Relações de Trabalho, 1999.
- VICENTE, Maria C. M. **Inserção da força de trabalho feminina: as bóias-frias na agricultura do sudoeste paulista**. São Paulo: USP/FFLCH, 1997. 228p. Tese de Doutorado.
- _____. Trabalho volante: a evolução de uma categoria. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.29, n.2, p.31-51, fev. 1999.
- _____; BAPTISTELLA, Celma S. L.; VEIGA, José E. R. A exclusão dos trabalhadores na reestruturação e modernização da agricultura paulista. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.27, n.2, p.9-18, fev. 1997.
- _____; NOGUEIRA, Elizabeth A. e; BAPTISTELLA, Celma S. L. Estimativas de mão-de-obra e demografia no setor agrícola paulista: 1986/87. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.18, n.8, p.29-37, ago. 1988.
- _____. et al. Análise demográfica do setor agrícola paulista. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.21, n.2, p.45-54, fev. 1991.
- _____. et al. **População residente nos imóveis rurais do estado de São Paulo: alguns indicadores sócio-econômicos, 1970-86**. São Paulo: IEA, 1988. 26p. (Relatório de Pesquisa, n.18/88).

DEMOGRAFIA E MERCADO DE TRABALHO NA AGRICULTURA PAULISTA NOS ANOS NOVENTAS

RESUMO: O artigo analisou o mercado de trabalho na agricultura paulista nos anos noventas, discutindo indicadores de emprego e de salários rurais com base nos levantamentos do IEA/CATI. Foram abordados, também, indicadores sócio-econômicos sobre a população residente nos imóveis rurais. Nos anos noventas a população residente nos imóveis rurais do Estado de São Paulo diminuiu gradativamente, com redução das taxas de natalidade e mortalidade infantil. Os indicadores de escolaridade e alfabetização mostraram estabilidade, e a proporção de eleitores aumentou. No período 1990-99 ocorreu decréscimo no total de pessoas ocupadas na agricultura paulista em decorrência da redução dos cultivos

de importantes culturas na ocupação de mão-de-obra, bem como da mecanização da colheita. A ocupação de trabalhadores residentes nos imóveis rurais apresentou tendência declinante, em maior escala para as categorias de parceiros, arrendatários, colonos e empreiteiros. Por outro lado, aumentou a ocupação de proprietários rurais e outros trabalhadores não residentes nos imóveis, exceto para a categoria volante. Para todas as categorias de trabalho assalariado, os níveis salariais apresentaram perda real até meados de 1994, recuperação até 1998 e nova perda salarial em 1999, sendo que cerca de 60% do total de assalariados residentes apresentaram registro em carteira.

Palavras-chave: mercado de trabalho, trabalho rural, salários rurais, população rural.

THE 1990's DEMOGRAPHY AND LABOR MARKET IN THE AGRICULTURE OF SÃO PAULO STATE, BRAZIL

ABSTRACT: This article analyzed the labor market in São Paulo state's agriculture in the 1990's, discussing employment indicators and rural wages. Also approached were the socioeconomic indicators of the resident population in rural properties. In the 1990's, the resident population in the rural properties of São Paulo state gradually decreased, with a reduction of the birth rate and infantile mortality. The literacy skills and schooling indicators showed stability, whereas the number of voters increased. Over 1990-99 there was a decrease in the population occupied in the agriculture, due to both a reduction in the cultivation of important cultures involving human labor occupation, and the harvest mechanization. The number of workers dwelling in rural properties showed a declining tendency, mostly in the partners, lessees, colonists and contractors' categories. On the other hand, there was an increase in the occupation by rural proprietors and other workers non-resident in the properties, except for the temporary (non-resident) category. For all the categories of salaried work, the salary levels presented real loss until mid 1994; recovery until 1998, and salary loss again in 1999, being about 60% of the total of salary earners registered.

Key-words: labor market, rural work, rural wages, rural population.

Recebido em 10/03/2000. Liberado para publicação em 18/04/2000.

Informações Econômicas, SP, v.30, n.5, maio 2000.